

O “CONTEMPORÂNEO” EM QUATRO TEMPOS:

o conceito de *tempo presente* para
a historiografia

The “Contemporary” in Four Times: The Concept of the
Present Time in Historiography

Gabriel Barbosa da Silva
AMORIM

 gabriel.amorim@unesp.br

Universidade Estadual Paulista,
São Paulo, SP, Brasil

Resenha de:

MUDROVCIC, María Inés. *Conceptualizing the History of the Present Time*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024. (Cambridge Elements – Historical Theory and Practice).

Qual é a relação estabelecida entre a historiografia e o tempo presente? Frequentemente (e historicamente) posicionado fora do escopo do trabalho do historiador, o contemporâneo, em suas diversas conceituações, significou um problema à essa disciplina categoricamente vinculada ao passado. Buscando investigar essa complexa relação, María Inés Mudrovcic explora conceitualmente a historicidade do *contemporâneo* em quatro definições que atravessam o processo de formação disciplinar da história. Ao fim, a autora apresenta sua própria leitura de presente, bem como problemáticas à permanência de uma metáfora temporal linear e cronológica para a historiografia.

María Inés Mudrovcic é professora de filosofia da história na Universidad Nacional del Comahue (Neuquén – Argentina) e investigadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Teóricas* (CONICET). Na última década, Mudrovcic buscou estabelecer um intenso diálogo internacional sobre questões ligadas à teoria da história, história do tempo presente, políticas do tempo e regimes historiográficos. Seu livro mais recente, intitulado *Conceptualizing the History of the Present Time* foi publicado em 2024 em língua inglesa¹ pela editora da Universidade de Cambridge e é dividido em seis capítulos, pelos quais a autora percorre as diferentes maneiras de se conceituar e operar o tempo presente, desenvolvendo amplo debate com a teoria da história e história da historiografia do sul global e europeia. Desse modo, abrindo o debate, a autora inicia o primeiro capítulo introdutório com uma pergunta: *O que significa ser contemporâneo?* Para a historiografia, partindo do século XIX, a resposta se concentra em quatro possibilidades, que são elaboradas pelo decorrer dos capítulos posteriores. O primeiro significado indica uma relação temporal e experiencial de contemporaneidade; o segundo nomeia a experiência de época oitocentista de *período presente*; o terceiro designa um sentido inquieto e interrompido de *presente*; e o quarto, do qual Mudrovcic dedica a maior parte de suas páginas, compreende um campo de estudos para a história.

Dando título ao segundo capítulo, a autora estrutura o conceito de experiência de *contemporâneo* como “compartilhar o mesmo tempo” (Mudrovcic, 2024, p. 3). Diferente de *coetâneo*, que significa “viver ao mesmo tempo”, este uso de *contemporâneo* compreende

compartilhar experiências simbólicas de um mesmo tempo. O adjetivo é inaugurado na França, a partir da segunda metade do século XV e ultrapassa uma noção de *contemporâneo* vinculada a um recorte temporal de calendário. Ser *contemporâneo*, aqui, é experienciar o mesmo conjunto de eventos e situações que definem o tempo presente. Nesse sentido, dois indivíduos nascidos no século XV não seriam contemporâneos um do outro se um fosse francês e o outro japonês, pois não compartilhavam o mesmo conjunto de símbolos e experiências. Assim, esse adjetivo *contemporâneo* não se limita a um período ou recorte cronológico específico, ou mesmo a um tempo histórico, pois seja no presente, passado ou futuro, indivíduos e grupos compartilham o mesmo tempo.

O segundo uso conceitual de *contemporâneo*, exposto no capítulo três, é definido por uma experiência epocal de tempo. A partir do último terço do século XVIII, na Europa, *contemporâneo* é entendido como *contemporaneidade*, um presente qualitativo definido por uma época. Nesse entendimento, ser *contemporâneo* consistia em negar uma experiência de tempo feudal. O presente francês pós-Revolução Francesa é diferente do passado. As experiências passadas não são mais concebíveis ou relacionais em uma nova experiência de tempo, esta, *contemporânea*. Mudrovcic dialoga com Reinhart Koselleck para estruturar essa definição enquanto “consciência histórica”, ou seja, o modo com o qual uma cultura cultiva sua experiência de tempo ao relacionar presente, passado e futuro. Para Koselleck (2006), a consciência de uma época presente que difere de uma passada emergiu uma nova expressão para “história recente” ou *contemporânea: neueste*. Esse entendimento evoca um caráter qualitativo, pois, do ponto de vista europeu, algumas nações seriam mais ou menos avançadas em uma escala cronológica. Viver ao mesmo tempo não é suficiente, ser *contemporâneo* significava experienciar um presente que se difere do passado: o presente de novas concepções políticas, sociais, científicas e tecnológicas.

Neste cenário, cabe à história, como saber em constituição, “separar passado de contemporâneo e definir o passado como objeto de estudo” (Mudrovcic, 2024, p. 6). Como descreve Mudrovcic a partir de Pierre Nora, excluir esse tempo *contemporâneo* do escopo da disciplina histórica é o que garante sua especificidade em relação a outros saberes. O presente histórico não era uma opção à história. Com Jorn Rusen, indo adiante, afirma que a história se desenvolve em relação a essa mudança de experiência de tempo, era preciso definir o passado histórico e por sua vez o presente contemporâneo. Ao presente caberiam as paixões, os processos inacabados, as incertezas e instabilidades. Ao passado caberiam as conclusões, as finalidades, motivações e a segurança das fontes. A “contemporaneidade era a autoconsciência da sociedade científica europeia do século XIX personificada. Contemporâneo era o adjetivo de uma nova época, um novo presente” (Mudrovcic, 2024, p. 7). Essa autoconsciência se expressou não apenas como experiência de tempo cultural, mas também como uma forma operacional de organizar o passado historicamente, uma vez que este difere do presente. Portanto, segundo expõe a autora, no início do século XX, na França, Alemanha e Espanha, o cenário acadêmico passa a considerar *história contemporânea* como história do século XIX.

A terceira definição conceitual explorada pela autora está localizada nas primeiras décadas de século XX e o advento de duas guerras mundiais. Com a evidência de eventos catastróficos de escala europeia, buscou-se novas datas inaugurais para o tempo presente, como 1914, 1917, 1945 e diversas outras, variando entre países e eventos relevantes. O período presente e sua gênese estavam indefinidos. Assim, *contemporâneo* passa a designar ao mesmo tempo duas definições: o século XIX e um presente em movimento: um *hoje* que se estende no tempo e não se limita a um recorte temporal. No capítulo quatro, a autora aborda esse conflito entre *contemporâneo*, *presente* e *história contemporânea*. Se o *contemporâneo* é interrompido e se atualiza recorrentemente para permanecer presente,

os historiadores encontram dificuldades para definir seu principal objeto. Quando termina o passado e quando começa o presente? *A história contemporânea* (ocupada desta última definição e não do *século XIX*), enquanto emergente área de estudos, localiza seus objetos em um “passado recente” ou “história do tempo presente” (Mudrovic, 2024, p. 10).

Neste momento do livro, autora expõe um cenário onde a definição disciplinar de história conflita em considerar uma veia moderna, Rankeana, relacionada aos arquivos, documentos e registros do passado; e uma demanda cada vez mais latente de compreensão de eventos localizados no presente do historiador, ainda que os limites desse período permaneçam indefinidos. Com uma ou mais áreas ocupadas de um passado recente, novas fontes e recursos são mobilizados, explorando cada vez mais o parentesco entre história e memória. Aqui, Mudrovic (2024, p. 15) marca a década de oitenta do século XX como um momento em que “a memória irrompe na história”, mobilizando testemunhas e testemunhos em trabalhos como os de Pierre Nora e Yousef Yerushalmi. Para lidar com questões como a permanência evidente da memória do holocausto, a disciplina teve de ser adaptada: “Esse debate levou a uma depreciação da historiografia como um modo discursivo de dar conta do passado, baseado na preocupação de que um “pluralismo interpretativo” poderia distorcer o que “realmente aconteceu” (Mudrovic, 2024, p. 19).

A busca do que *realmente aconteceu* levou a problemas éticos e teóricos. A historiografia, neste momento, é relacionada com a possibilidade de representação histórica, de eventos distantes ou recentes. Historiadores como Carlo Ginzburg, segundo Mudrovic (2024, p. 19) argumentam que “apenas com uma testemunha podemos conhecer ‘o que aconteceu’”, outros, como Martin Jay, diriam que “nenhuma negociação é possível entre a narrativa da pessoa que testemunhou um evento e o historiador que o reconstruiu”. “Em geral, argumenta-se que, se entendemos o passado dando sentido aos dados através do discurso histórico, nenhum modelo discursivo pode explicar o horror desse tipo de crime e a singularidade de um evento de maneira cognitiva e moralmente responsável” (Mudrovic, 2024, p. 20).

A testemunha, sua memória e seu relato, adquirem privilégio epistêmico sobre eventos ainda vivos e relevantes no presente. O passado, distante e acessível apenas pelos documentos, não é mais o principal foco dos historiadores. Neste momento, a permanência e extensão de eventos no presente incomodam historiadores preocupados com a função da história. Quando “o passado não termina passando” e “vive através do sofrimento, da reparação e da comemoração” (Mudrovic, 2024, p. 21), aquele ocupado sobre o passado deve também falar para o hoje.

Pelos meios convencionais modernos da historiografia, historiadores encontraram dificuldade em representar de maneira realista os eventos catastróficos do século XX. Guerras, massacres, desastres naturais e genocídios foram considerados “eventos inteligíveis” ou “irrepresentáveis” (Mudrovic, 2024, p. 22). Uma das maneiras encontradas foi por meio do desenvolvimento de uma área chamada de *história do tempo presente*, sobre a qual Mudrovic dedica seu quinto capítulo e sua última definição conceitual de *contemporâneo*. A emergência de uma historiografia do presente coaduna com o que a autora chama de “momento historiográfico”, quando “historiadores ligados a teoria começaram a questionar sobre as próprias bases da prática historiográfica” (Mudrovic, 2024, p. 22). A dificuldade de definir ou compreender o tempo presente se estende a uma difícil definição de escopo do conhecimento histórico.

A autora demonstra como François Hartog, por exemplo, procurou maneiras de diagnosticar essa experiência de tempo, em que o passado recente se torna presente estendido, evidenciando “uma ordem de tempo em que o presente é permanentemente instalado em uma posição dominante: o presente é onipresente” (Mudrovic, 2024, p. 24),

chamado de “Regime de Historicidade Presentista” (Hartog, 2013). Diferentemente do *regime moderno*, aqui, uma história do tempo presente é possível e sintomática. Henry Rousso (2016, p. 231) argumenta para um outro caminho, onde a história do Tempo Presente é, na verdade, um “antídoto”, uma maneira de resolver (ou pelo menos discutir) os problemas dessa experiência temporal presentista.

Inicialmente, como demonstra a autora, instituições de pesquisa foram criadas na Europa para gerar e preservar documentação sobre os eventos ligados à Segunda Guerra Mundial. A autora dá destaque para o cenário sul-americano, em especial ao brasileiro, onde “o crescimento desse campo disciplinar foi também acompanhado de um retorno à democracia” (Mudrovic, 2024, p. 28). A criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC exemplifica os esforços nacionais de desenvolvimento da história oral, expressos na documentação que não se restringe a reunião de testemunhas vítimas da ditadura militar, mas se expande ao redor da memória afro-brasileira, violências da escravidão e do genocídio indígena. Porém, ao se fixar em uma perspectiva nacional de memórias traumáticas, como ressalva Mudrovic, a história do tempo presente pode se limitar em uma leitura histórica centrada na violência da guerra, ou na busca constante pela “última catástrofe”, expressão cunhada por Rousso (2016) para designar novos eventos inaugurais de tempo *contemporâneo*.

Fundada nessa crítica inicial, a autora inicia seu sexto e último capítulo, encarregado de apresentar discussão, crítica e alternativa epistemológica para a permanência do pressuposto cronológico e linear de experiência temporal histórica.

Em cada uma das definições de *contemporâneo* apresentadas durante o decorrer do livro, Mudrovic torna evidente como a história, em seu desenvolvimento enquanto disciplina, reafirmou “uma temporalidade na qual distinções categóricas entre passado, presente e futuro são consideradas naturais e ‘indivisíveis’” (Mudrovic, 2024, p. 35). Mesmo que o entendimento de *contemporâneo* tenha se modificado no decorrer dos séculos, desvincular conhecimento histórico de um tempo organizado de maneira cronológica significa um desafio. Em uma leitura convencional de tempo histórico, podemos entender o passado como um “espaço onde os eventos vão se acumulando” (Mudrovic, 2024, p. 36) infinitamente pela sucessividade dos acontecimentos. *Tempo* foi entendido como “uma medida quantitativa que determina, do passado ao presente, a distância constitutiva dos princípios epistêmicos de objetividade, diferenças e relacionamentos” (Mudrovic, 2024, p. 37). Uma maneira convencional, cronológica e irreversível de organizar eventos em *antes* e *depois*. Mudrovic propõe então repensar essa naturalização cronológica, a fim de evitar a reinauguração de presentes fundados em eventos políticos e promover uma problematização sobre experiências temporais múltiplas e simultâneas.

Argumentando junto a autores como Stefen Tanaka, Zoltan Simon e Marek Tamm, Mudrovic indica que alternativas à *flecha do tempo* são perfeitamente possíveis à historiografia.

A redefinição da relação passado-presente por meio de paradigmas como a “presença”, o reconhecimento das temporalidades indígenas, os desafios impostos pelos futuros tecno-científicos e o impacto das mudanças climáticas e do Antropoceno são exemplos da existência de temporalidades e historicidades alternativas que se desenvolvem em ritmos diferentes e já se solidificaram no campo dos “estudos do tempo” (Mudrovic, 2024, p. 40).

Em conclusão, a autora encaminha uma leitura temporal baseadas em metáforas menos lineares ou fixas e mais relacionadas a coexistência e articulação de experiências possíveis.

Em uma leitura mais qualitativa e menos cumulativa de passado, eventos considerados distantes temporalmente “pertencem ao nosso presente devido às redes que criamos com eles e nos afetam mais do que outros eventos que estão ‘mais próximos’” (Mudrovic, 2024, p. 45). A autora exemplifica essa relação por meio das vandalizações de estátuas de personagens como Colombo, Borba Gato, Pedro de Valdivia ou General Roca ocorridas na América Latina. Estes personagens, ainda que afastados temporalmente do presente, caracterizam uma proximidade afetiva e evocam problemas mais relevante que outros acontecimentos recentes. Nestes casos, não se trata de releitura ou reescrita histórica, mas sim de uma perspectiva histórica não baseada em cronologia, conforme argumenta.

Em vez de pensar em termos de estratos, camadas e escalas de diferentes fenômenos que se opõem, se sobrepõem e expressam incompatibilidades de magnitude, ou propor soluções para a “sincronização” entre múltiplas temporalidades e diferentes regimes historiográficos, devemos considerar a metáfora da rede temporal que nos permite prestar atenção à quantidade de conexões e relações que ocorrem, resultando em fenômenos (Mudrovic, 2024, p. 46).

Considerar eventos não em uma escala de distância ou proximidade cronológica, mas sim por sua conectividade. Sua recomendação final é evitar não apenas o antropocentrismo, mas também o *antropocronismo*, expresso por meio do uso de conceitos que englobam expressões e categorias relativas ao tempo histórico que assumem o *humano* como agente da história. Assim, categorias como “presentismo, presença, memória, regimes de historicidade, cronopolítica, políticas do tempo” (Mudrovic, 2024, p. 48) devem ser problematizadas, pois reafirmam essa correspondência. Desse modo, Mudrovic compreende o presente como uma “comunidade temporal” determinada por aqueles que “vivem juntos” (Mudrovic, 2024, p. 49). Aqui, não devemos confundir tal determinação com a definição de *coetâneo*, esclarecida anteriormente. Essa *comunidade temporal* é resultado de uma rede de atividades interconectadas por *actantes*, ou seja, agentes históricos não limitados ao *humano* e não limitadas cronologicamente. Segundo conclui, conceber o presente dessa maneira pode permitir a redefinição do tempo histórico, pois concebe entender o mundo como um resultado de relações estabelecidas entre agentes e o tempo, e não como uma sequencial “mais ou menos desconectada e catastrófica série de eventos” (Mudrovic, 2024, p. 51). Portanto, o desafio de repensar a determinação cronológica e linear do tempo histórico deve ser encarado por qualquer historiador ou historiadora e não somente por aqueles que dialogam história do tempo presente. As questões que afligem os diagnósticos de presente se estendem até a articulação do tempo histórico, sejam os objetos próximos ou (aparentemente) distantes do hoje.

Referências

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. São Paulo: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MUDROVIC, María Inés. *Conceptualizing the History of the Present Time*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024. (Cambridge Elements – Historical Theory and Practice).

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

Notas

¹As citações foram traduzidas para o português para melhor compreensão. Traduções realizadas pelo autor.

Financiamento:

Pesquisa fomentada com bolsa de doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo nº 2022/16361-1)

Gabriel Barbosa da Silva Amorim. Professor de história, Doutorando (2023) em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP. Graduado (2019) em Licenciatura e Bacharelado (bolsa de IC Fapesp – Processo n 18/26594-8) em história pela FCHS – UNESP, *campus* de Franca/SP. Desenvolvo pesquisa nos temas de História da Historiografia Brasileira, Historiografia Militar, diários de guerra (Séc. XIX e XX) e regimes historiográficos. Atuei entre 2020 e 2023 como professor de História e Humanidades no ensino básico do estado de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Historiografia e Teoria da História MEMENTO – Franca/SP.